

POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO SUSTENTÁVEL EM FOZ DO IGUAÇU

Ricardo Antonio Correa*
Amália Maria Goldberg Godoy**

RESUMO

O objetivo do artigo é verificar a existência de uma relação teórico-prática das ações públicas no que se refere à evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, em particular na área do turismo. Para isso, focalizou-se o importante polo turístico paranaense constituído pelo município de Foz do Iguaçu e os impactos econômicos e socioambientais da intervenção estatal, voltada ao seu desenvolvimento à luz da evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável, que ocupa atualmente um importante espaço no discurso e nas práticas políticas mundiais. Como resultado, observou-se que a formulação e a prática das políticas sofreram mudanças e, atualmente, começam a incorporar o que se conceitua como Turismo Sustentável, contudo, de modo ainda muito incipiente.

Palavras-chave: Turismo sustentável. Políticas públicas. Foz do Iguaçu.

ABSTRACT

This article verifies the existence of a correlation between theory and practice in public policies that promote sustainable development, particularly in the tourism sector. The focus was set in Foz do Iguaçu, a major touristic destination in the State of Paraná, analyzing economic and environmental impacts of government initiatives. It was observed that formulation and application of public policies underwent transformations and, presently, slowly aggregate Sustainable Tourism practices.

Keywords: Sustainable Tourism. Public Policies. Foz do Iguaçu.

* Economista, mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: ricardo.a.correa@itelefonica.com.br

** Economista, doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da UEM. E-mail: amggodoy@uem.br

Artigo recebido para publicação em dezembro/2009. Aceito para publicação em fevereiro/2010.

INTRODUÇÃO

O município de Foz do Iguaçu localiza-se em uma região denominada tríplice fronteira, formada pelos países Brasil, Argentina e Paraguai. Com isso, merecem ser destacadas algumas singularidades: i) a vivência diária de seus moradores com o uso de três línguas (tupi-guarani, espanhol e português) e a convivência com três moedas (guarani, peso-argentino e real); ii) o relativo afastamento de Foz do Iguaçu dos grandes conglomerados urbanos, e iii) a presença de desenvolvidos canais de comunicação e transporte, inclusive sediando um aeroporto internacional.

O município tem forte vocação para o turismo, pois detém características raramente presentes em outras regiões fronteiriças, a exemplo das Cataratas de Iguaçu, responsáveis pela atração de um milhão de turistas em 2007 (SMT, 2008).

Localizadas no Parque Nacional de Iguaçu (PNI), criado em 10 de janeiro de 1939, as quedas d'água impressionam pela bela paisagem cênica. O PNI também possui grande importância ambiental, pois no Estado do Paraná existe apenas 3,4% da Floresta Estacional Semidecidual original e, deste total, o PNI corresponde a mais da metade, servindo como refúgio de inúmeras espécies raras e ameaçadas de extinção, com 18 espécies de peixes, 12 espécies de anfíbios, 41 espécies de serpentes, 8 de lagartos, 45 de mamíferos e 340 espécies de aves (D'OLIVEIRA, BURSZTYN e BADIN, 2002).

Ao lado dos aspectos econômicos positivos advindos do turismo, o município de Foz do Iguaçu apresenta problemas sociais preocupantes, embora nem sempre relacionados diretamente ao turismo, mas que seguramente interferem em sua evolução, tais como: i) a ocorrência de bolsões de pobreza e favelização tanto de bairros periféricos como próximo à divisa com o Paraguai, nas proximidades da orla do rio Paraná; ii) a violência, sendo considerado o município mais violento do sul do País. Em 2001 ocorreram 243 homicídios no município, o que resultou na taxa de 91 assassinatos por 100 mil habitantes, enquanto capitais, potencialmente mais violentas, apresentavam índices bem menores: a cidade de Curitiba, capital do estado paranaense, apontava a taxa de 27 homicídios por 100 mil habitantes, e Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, o índice de 20 homicídios por 100 mil habitantes (KÖNIG; MACIEL, 2002).

De forma sintética, depreende-se que existem antagonismos e conflitos no que se refere ao desenvolvimento do turismo em Foz do Iguaçu. Enquanto o setor privado voltado ao turismo se desenvolve positivamente, o mesmo não ocorre no plano social.

Nesse cenário, identificam-se duas temáticas teóricas importantes: uma delas referente ao Desenvolvimento Sustentável (DS), presença obrigatória nos discursos, debates e políticas públicas, e a outra quanto ao papel do Estado e das políticas públicas formuladas visando ao desenvolvimento sustentável do turismo. Entende-se que o Estado tem papel fundamental na gestão do turismo de maneira a garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental do município como um todo.

O objetivo principal deste artigo é abordar as políticas públicas, entendidas como intervenções formais (programas e ações) do Estado, adotadas desde a criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), em 2003 (SMT, 2008), de modo a verificar se elas são compatíveis com o conceito de desenvolvimento sustentável e turismo sustentável, fortemente presentes no debate político atual.

Adota-se, neste texto, a abordagem qualitativa, pois esta tem como características, segundo Teixeira (2002): a) sequenciamento dos fatos ao longo do tempo; b) enfoque estruturado, com ausência de hipóteses fortes no início da pesquisa, o que a torna muito flexível; c) uso de várias fontes de dados; e d) busca detalhada e exaustiva do contexto em que se situa o objeto de pesquisa.

Para o alcance do objetivo, e com base no enfoque indutivo, utilizam-se pesquisa documental, revisão bibliográfica, coleta de dados secundários (informações disponibilizadas em revistas, livros, *sites* e outros meios de divulgação).

1 HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FOZ DO IGUAÇU

Foz do Iguaçu localiza-se no extremo Oeste Paranaense, sendo fronteira dos países Argentina e Paraguai, por isso denominado de Tríplice Fronteira¹. O município apresenta um relevo suavemente ondulado e próprio para o desenvolvimento da agricultura. A altitude máxima é de 321 metros (dentro do Parque Nacional, próximo à divisa com o município de Santa Terezinha de Itaipu) e a altitude mínima é de 100 metros (foz do rio Iguaçu). No perímetro urbano, a altitude máxima é de 275 metros (região de Três Lagoas). O clima é subtropical úmido, mesotérmico, sem estação seca definida, com verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas em todos os meses do ano. A população estimada da cidade, em 2008, era de 319.189 habitantes, e a área de 617,701 km², resultando em densidade de 504,0 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, CIDADES, 2008).

A história de Foz do Iguaçu apresenta aspectos importantes de serem relatados devido à peculiaridade de seu desenvolvimento. Segundo Wachowicz (1982), a existência dos rios Paraná e Iguaçu foi a principal linha demarcatória entre a fronteira brasileira com o mundo espanhol. O obstáculo natural que estes rios impunham aos exploradores estrangeiros, na visão do governo federal, permitia relativa segurança ao País, não havendo interesse em estimular a colonização desta região desde o descobrimento do Brasil até o início da colonização deste território, em fins do século XIX.

O marco da colonização do Oeste Paranaense e, conseqüentemente, de Foz do Iguaçu iniciou-se com a instalação da colônia militar de Foz do Iguaçu, em 1889, pelo Capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, com o objetivo de garantir o fortalecimento da fronteira com o Paraguai e Argentina.

¹ Rolim (2004) afirma que uma região transfronteiriça (como é o caso de Foz do Iguaçu) compreende áreas contíguas junto à linha de fronteira de dois ou mais países.

Segundo Wachowicz (1982), os próprios oficiais transferidos para Foz do Iguaçu, com poucas exceções, penitenciavam-se de delitos políticos cometidos contra o governo federal, e, portanto, pouco se preocupavam com a melhoria de suas condições de vida. Muitos até praticavam atividades ilícitas, como o contrabando de erva-mate e madeira.

A administração da colônia foi entregue ao Estado do Paraná, em 1912. Contudo, o município continuava pouco desenvolvido. Economicamente, todas as mercadorias consumidas em Foz do Iguaçu vinham da Argentina (alimentação, vestuário, móveis e bebidas etc.) e a população local tinha contato com a civilização apenas quando chegava algum vapor argentino.

O histórico do desenvolvimento socioeconômico desta região veio a apresentar significativa expansão somente a partir da década de 1960, devido a fatores exógenos.

Segundo Peris e Lugnani (2003), a modernização agrícola ocorrida no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 foi fundamentada em três fatores principais: 1) modernização tecnológica (uso mais intensivo de máquinas, fertilizantes, adubos e sementes melhoradas); 2) expansão do crédito agrícola fortemente subsidiado pelo governo federal; e 3) comportamento favorável dos preços internacionais dos *commodities*. Tais fatores mudaram profundamente a estrutura produtiva até então existente, e o Estado do Paraná, inclusive a região Oeste, beneficiou-se dessas transformações, tornando-se grande produtor e exportador de grãos (soja, milho e trigo).

Essa modernização tecnológica também reduziu o número de propriedades rurais, principalmente de pequeno porte, e estagnou ou reduziu as populações dos municípios da região, devido à pouca oferta de emprego no campo gerada pela mecanização agrícola. Como exceção, Cascavel e Foz do Iguaçu foram as únicas cidades que registraram crescimento populacional expressivo neste período, pois tornaram-se polos econômicos urbanos aglutinadores desta massa de desempregados da região. O relevo também constituiu um fator polarizador e determinante na formação de um eixo de desenvolvimento formado por Cascavel-Foz do Iguaçu, pois, de um lado, localiza-se o Parque Nacional do Iguaçu e, do outro, estavam terras de relevo acidentado, impróprias para a mecanização, restando assim os terrenos localizados próximo a Foz do Iguaçu e Cascavel.

Apesar desses elementos que reforçavam a dinâmica dos municípios, foram as intervenções públicas federais determinantes das mudanças no dinamismo econômico vivido pelo município a partir da metade da década de 1960. O fortalecimento das relações diplomáticas entre Brasil, Paraguai e até mesmo a Argentina, iniciado na década de 1950, passou a ditar um novo ritmo ao desenvolvimento econômico de Foz do Iguaçu após 1970.

O primeiro e importante resultado foi a inauguração da Ponte Internacional da Amizade, em 27 de março de 1965, com extensão de 554 metros, que ligava Foz do Iguaçu a Ciudad del Este. Outra obra importante foi a pavimentação da

rodovia BR-277, que ligava o município ao Porto de Paranaguá e, conseqüentemente, o Paraguai com o Oceano Atlântico, o que facilitava o comércio exterior para este país.

Praticamente toda a região Oeste beneficiou-se dessas obras, em especial da pavimentação da BR-277, que propiciou significativas melhorias nas condições de comunicação dos polos Cascavel e Foz do Iguaçu. Posteriormente, no ano de 1985, criou-se uma ligação rodoviária com a Argentina, até então inexistente com a Ponte Tancredo Neves (Ponte da Fraternidade). Com ela, houve a construção de uma das mais modernas aduanas do País. Todos esses fatores favoreceram profundamente o crescimento da economia local (PERIS; LUGNANI, 2003).

Nesse período, também, o governo federal tinha especial atenção pela região em razão do potencial hidrelétrico do rio Paraná, considerado capaz de prover grande parte da energia necessária para a consolidação do processo de industrialização brasileira planejada pelo governo militar. Assim, através de acordos bilaterais entre Paraguai e Brasil, iniciou-se em 1974 a construção da binacional Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Em outubro de 1982 iniciou-se a formação da represa, que inundou uma área de 1.350 km², o que constituiu um enorme passivo ambiental, cujo ápice foi simbolizado pelo desaparecimento das Sete Quedas do rio Paraná, uma perda incalculável em termos de potencial turístico.

Ocorreu também a desapropriação de milhares de famílias dependentes economicamente da agricultura familiar, cujas terras foram alagadas. Foram desapropriados 33.925 hectares², fato que também contribuiu para a redução da população dos municípios localizados no extremo oeste paranaense.

O lago, formado pela represa de Itaipu, resultou em impactos diretos sobre os atuais municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra. Estima-se que tais municípios deixaram de colher em 1982, no ano da inundação, mais de 100 mil toneladas de soja, 31 mil toneladas de trigo, 34 mil toneladas de milho, 1.500 toneladas de feijão, 27 mil toneladas de mandioca, 1.700 toneladas de arroz e 24 toneladas de café (RIBEIRO, 2002).

Deve-se destacar, ainda, o problema social criado durante e após o fim da construção da usina. Durante os anos em que se erguia a barragem, atraiu-se uma quantidade considerável de trabalhadores. Cascavel também apresentou um aumento de população no período, embora em menor escala, pelo fato de se constituir no principal ponto de fornecimento dos serviços, insumos e mercadorias consumidos por Foz do Iguaçu durante a construção de Itaipu.

A maioria dos trabalhadores na construção da Usina possuía baixo nível de escolaridade e qualificação e, após o final das obras, muitos decidiram continuar

² Equivalentes a 339,25 quilômetros quadrados,

em Foz, porém exercendo atividades informais ou marginais para a economia do município, fomentando o comércio ilegal, a pirataria e o contrabando, já então existentes nesta região fronteiriça.³

A produção de energia elétrica de Itaipu iniciou-se em 5 de maio de 1984, o que resultou em acentuado dinamismo na economia do município. O pagamento de *royalties* teve início em 1991, sendo destinado aos municípios do entorno do lago de Itaipu. Estes *royalties*, estabelecidos pela Constituição de 1988, têm a função principal de compensar esses municípios pelas perdas ocasionadas pela desapropriação de terras produtivas e pela redução populacional nestas localidades (PERIS; LUCNANI, 2003, p.90).

A política monetária do governo federal também impactou fortemente a cidade de Foz do Iguaçu, durante o início da década de oitenta. O câmbio sobrevalorizado com o objetivo de reduzir as necessidades de divisas estrangeiras do País estimulou os turistas brasileiros a comprarem nas cidades vizinhas de Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). Nos anos 1980 surgiram os “sacoleiros”, pessoas vindas das mais diversas partes do Brasil que compravam produtos industrializados no Paraguai, estes oriundos de diversas partes do mundo, inclusive muitos falsificados, porém com uma carga de impostos muito menor do que a dos similares brasileiros. Comprava-se também, mas em menor escala, produtos agroindustriais produzidos na Argentina.

As mercadorias eram revendidas pelos sacoleiros em suas cidades de origem a preços mais acessíveis que os produtos de origem nacional, representando importante fonte de renda para estas pessoas. No entanto, esse comércio prejudicava a indústria brasileira e o próprio governo, com a redução potencial da arrecadação tributária.

Foz do Iguaçu também era um grande centro exportador de produtos brasileiros para os países vizinhos, principalmente o Paraguai, através da venda de produtos industrializados fabricados nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil (em sua maioria roupas e produtos alimentícios industrializados). Como decorrência dessa dinâmica econômica comprava-se quase sempre ilegalmente no Paraguai e Argentina, visto que raramente a cota de importações era respeitada e fiscalizada e exportavam-se os produtos industrializados fabricados no Sul e Sudeste brasileiros.

O dinamismo desse tipo de turismo começou a arrefecer com a criação do Mercosul⁴, em 1991, que facilitou as trocas entre as empresas exportadoras brasileiras e as firmas comerciais sediadas em Assunção, Ciudad del Este e Buenos Aires. O resultado foi a diminuição da importância de Foz do Iguaçu como centro exportador. Somam-se a isso a abertura da economia, iniciada em 1990; o Plano Real,

³Surgida desde fins do século XIX, com a economia de *Obrages*, quase sempre praticada de modo ilegal em terras brasileiras.

⁴ Também conhecido como Mercado Comum do Sul, constituiu-se, em 1991, através do “Tratado de Assunção”, fruto da união aduaneira de quatro países da América do Sul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, estando em processo de transição a entrada da Venezuela no rol dos integrantes deste mercado (BENI, 2001).

do segundo semestre de 1994; a imposição da cota máxima de US\$ 150,00 por pessoa no ano de 1995 (atualmente o valor desta cota é de US\$ 300,00), e a flexibilização do câmbio, em 1999.

A interação desses fatores resultou na quase inviabilização do comércio com o Paraguai, pois deixou-se de praticar a taxa de câmbio fixa e valorizada que proporcionava vantagens para a compra de mercadorias vindas desse país. Assim, o comércio dos sacoleiros sofreu forte redução, o que trouxe grave crise econômica para a estrutura montada em torno deste comércio, principalmente as lojas comerciais no bairro Vila Portes, importante centro comercial vizinho a Ciudad del Este, separada apenas pela Ponte da Amizade (PERIS; LUGNANI, 2003, p.99).

Atualmente, Foz do Iguaçu é o terceiro polo turístico brasileiro fortemente alicerçado nas Cataratas do Iguaçu e nas compras. No entanto, com base nos dados de Pelegrini, Miyazaki e Rissato (2006, p.2), embora a demanda turística seja predominantemente por lazer, atrativos naturais e históricos, no período 2000-2002 houve uma redução de 18,37% nesse segmento de turismo, bem como um aumento de 22,4% no turismo de negócios e de 104,35% no turismo de eventos ligados aos compromissos profissionais ou de estudos.

Portanto, está ocorrendo uma mudança no perfil do turismo, uma vez que essa diminuição implica possíveis alterações na demanda de pessoal, na sua qualificação, assim como na infraestrutura. Nesse contexto, há grande probabilidade de aumento da informalidade ligado ao comércio de fronteira, agravando os problemas sociais e econômicos em Foz do Iguaçu e re-colocando a necessidade de se discutir conceitos como crescimento, desenvolvimento e turismo sustentável.

2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Fonseca (2007), a publicação da obra *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, em 1776, pelo filósofo e economista inglês Adam Smith (1723-1790), registra o surgimento da ciência econômica e o início da evolução do conceito de desenvolvimento econômico.

Smith defende um Estado liberal em contraponto aos regimes absolutistas que existiam em quase todas as nações europeias. Nesta obra, Smith afirma também que a acumulação de capital, o avanço tecnológico e a divisão do trabalho aumentam a produtividade, gerando o progresso econômico dos países. Surge a identidade entre crescimento e progresso econômico, e este com desenvolvimento, todos entendidos somente como aumento da produção e da produtividade, visão que perdura até os anos 1990.

Smith vincula o crescimento econômico ao desenvolvimento social. A divisão do trabalho amplia o mercado, especializa os países e possibilita a riqueza das nações. O comportamento "egoísta" voltado à obtenção do lucro pessoal permite a geração de benefícios para a sociedade, cabendo à "mão invisível" do mercado produzir ajustes e adaptações nos preços e lucros individuais e manter o bem-estar de todos.

Segundo Moura Jr. & Scarano (2004), a ideia do egoísmo pessoal favorecendo o bem-estar comum foi aperfeiçoada, posteriormente, pela filosofia utilitarista, e este pensamento teve suas bases constituídas no ideário filosófico de David Hume (1711-1776), filósofo britânico de cunho filosófico liberal.

Dentre os autores econômicos clássicos, Thomas R. Malthus claramente refere-se aos limites dos recursos naturais decorrentes do crescimento econômico e populacional. Enquanto a população aumenta geometricamente, os recursos para a sua alimentação crescem em progressão aritmética. A disponibilidade de terra agrícola e a tecnologia eram consideradas constantes.

As ideias da filosofia “utilitarista” tornaram-se dominantes dentro da economia. Isto ocorreu devido à publicação das obras: *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*⁵, do filósofo-jurista Jeremy Bentham (1748-1832), e *Princípios de Economia Política*⁶, do filósofo-economista John Stuart Mill (1806-1873).

Tanto para a maioria dos autores clássicos quanto para os utilitaristas ou marginalistas, os recursos naturais eram considerados eternos e abundantes e, portanto, gratuitos, e conseqüentemente não faziam parte do objeto da economia tratada como ciência da escassez.

O papel do Estado consistia, basicamente, em prover a coletividade de condições necessárias para o exercício seguro da liberdade individual, bem como o direito à propriedade, cabendo ao mercado a distribuição da renda e, no caso dos utilitaristas/marginalistas, o alcance do ótimo social. Considerava-se o desenvolvimento um processo gradual, contínuo e harmonioso, derivado da acumulação de capital. A intervenção do Estado na economia era considerada prejudicial à coletividade como um todo, pois resultaria em ineficiências nas alocações produtivas, gerando desajustes no equilíbrio entre oferta e demanda, bem como desemprego.

Essa visão liberal começou a ser fortemente criticada e revista após os acontecimentos da Grande Depressão de 1929, a publicação da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de John Maynard Keynes (1883-1946), em 1936, e o término da Segunda Guerra Mundial. Keynes defendeu, com a teoria da Demanda Efetiva, a presença do Estado-interventor na economia, considerado, portanto, um estimulador de crescimento da renda, do aumento de emprego e redistribuição de riqueza.

Segundo esse pensador, quando as expectativas de retorno dos investimentos dos capitalistas diminuíssem e mesmo inibissem o nível de investimento agregado da economia, o Estado deveria assumir a responsabilidade pelo estímulo ao consumo e a demanda com o objetivo de revigorar os ânimos dos capitalistas. Surge, assim, a base teórica para as políticas de *welfare state* ou estado de bem-estar baseadas na organização política e econômica pelo Estado, considerado o principal agente de promoção social e organizador da economia. A questão básica era o estímulo à

⁵ Publicado originalmente em 1789.

⁶ Publicado originalmente em 1848.

demanda agregada, independentemente dos impactos ambientais existentes, dado que estes não faziam parte da preocupação dos economistas.

No que se refere às políticas públicas é fato que o Estado ocupa um papel central nos debates teóricos sobre desenvolvimento. Neste período, décadas iniciais do século XX, destaca-se também a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948, cujas contribuições teóricas foram: a) a crítica ao pensamento predominante acerca da divisão internacional do trabalho, que resultava no fato de que países ricos em recursos naturais e mão de obra desqualificada fossem dependentes dos países industrializados, ricos em tecnologia e capital; b) a defesa de políticas públicas keynesianas capazes de fomentar setores econômicos-chaves, e c) a ênfase na tese de que a causa do subdesenvolvimento latino-americano era estrutural (deficiências de indústria de bens de capital, elevados níveis de pobreza, forte concentração de renda e a presença de grandes latifúndios improdutivos).

Conforme Oliveira (2002), a superação ocorreria via industrialização dos países latino-americanos, promovendo a substituição da importação de produtos manufaturados de maneira a aumentar o valor agregado, o emprego e a renda, diminuindo a desigualdade social. Celso Furtado (1964), um dos *cepalinos* mais conhecidos, definiu o desenvolvimento econômico como um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas.

É importante, assim, tecer algumas considerações sobre a evolução do uso das políticas como ferramentas de desenvolvimento nos últimos anos. Pode-se destacar, resumidamente, as transformações da função pública como promotora de desenvolvimento.

O primeiro período inicia-se no final da Segunda Guerra Mundial e vai até a Crise do Petróleo, em 1973. Inspirados nas teorias econômicas keynesianas, muitos países buscaram o crescimento econômico por meio do aumento da intervenção estatal e do aumento dos gastos públicos. Para os países da América Latina, as ideias *cepalinas* baseadas na tese “centro-periferia” influíram fortemente no processo de industrialização baseado em políticas de planejamento e investimentos governamentais.

A seguridade social e a assistência pública eram consideradas essenciais para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, pois o mundo passava por grandes transformações econômicas, produtivas e políticas com o final da Segunda Grande Guerra. O ambiente de incerteza alimentava a Guerra Fria entre União Soviética e EUA, com ameaças constantes de destruição mundial através de um conflito bélico nuclear.

Esse período de grande intervenção estatal foi caracterizado como a “era de ouro do capitalismo”, dadas as expressivas taxas de crescimento econômico na maioria dos países capitalistas (FIORI, 2009). Contudo, assistiu-se também a uma aceleração inflacionária generalizada, o que resultou, a partir do final da década de 1960, no fim do ciclo de crescimento econômico. Os aumentos expressivos dos preços do

petróleo, em 1973 e 1975, contribuíram para a crise. Em decorrência da defesa de menor tributação, bem como do corte de gastos públicos em políticas assistencialistas e de seguridade social, considerados essenciais para a retomada do crescimento econômico e a superação do processo inflacionário, passou-se a defender que os mecanismos de mercado conduziram à estabilização da economia, o que permitiria retomar o crescimento econômico sem inflação.

Inaugura-se uma nova visão econômica que considera importante a presença do Estado, no entanto altera seu papel como único promotor do desenvolvimento. Nessa fase também fica claro que as políticas, predominantemente voltadas ao crescimento do PIB, ou seja, da produção e produtividade, tinham como efeito perverso acentuar as diferenças de renda e qualidade de vida dentro do país e entre os países. Surgem novas discussões, e o conceito de desenvolvimento se diferencia do de crescimento. Crescimento e desenvolvimento não são mais tratados como sinônimos, e sim como conceitos complementares, sendo o primeiro condição necessária mas não suficiente para se alcançar o segundo, ou seja, englobando aspectos qualitativos ligados ao crescimento.

3 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED), por meio da divulgação do Relatório Brundtland, apresentou a definição mundialmente consagrada de Desenvolvimento Sustentável como aquele capaz de satisfazer às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades.

No entanto, essa não é a única definição existente. Por conta das críticas ao conceito e às diversas vertentes existentes, outras surgiram. Parra (2002) adota uma definição mais quantitativa ao definir desenvolvimento sustentável como a exploração dos recursos de forma a não exceder a sua taxa de reposição. Quando os recursos naturais são não-renováveis o uso deverá estar abaixo dessa taxa. Caso os recursos naturais sejam renováveis, a taxa será definida pelas suas condições de reciclagem ou substituição.

Para algumas organizações, tais como a PNUMA e WWF, Desenvolvimento Sustentável (DS) é a modificação da biosfera, bem como a aplicação dos recursos oriundos dessas transformações, destinados a atender às necessidades humanas e a aumentar a qualidade de vida, desde que considerados os aspectos relativos a fatores sociais, ecológicos e econômicos relacionados com o bem-estar individual das gerações presente e futuras (VAN BELLEN, 2002).

Montibeller Filho (2001) sugere a definição de DS como um processo contínuo de melhoria das condições de vida da sociedade humana, buscando minimizar o uso de recursos naturais de modo a evitar, o máximo possível, danos para o ecossistema planetário.

Como se pode concluir, apesar de não haver um consenso, há diversos pontos comuns entre os estudiosos, como: a necessidade de se levar em conta a sustentabilidade ambiental nas ações políticas e atividades econômicas; o respeito à capacidade de suporte do planeta Terra, assim como a necessidade de proteção ecológica para as futuras gerações.

O pesquisador Ignacy Sachs (2007), reconhecido por seus estudos na temática do DS, propõe o uso de cinco dimensões para se planejar e atingir o desenvolvimento sustentável, como segue:

- *Sustentabilidade social*. Considerada como primordial dentre as demais, visa à redução das desigualdades, mediante ações que têm como objetivo a criação de empregos, melhores condições de trabalho, maior equidade na distribuição da renda, dentre outros.
- *Sustentabilidade ecológica*. Busca a preservação do meio ambiente, bem como a sua conservação para a apreciação e uso das gerações futuras. Tal objetivo pode ser obtido através do respeito aos ciclos ecológicos dos ecossistemas (hidrológico, atmosférico, do carbono, nitrogênio, oxigênio), além da priorização do uso de tecnologias de produção que minimizem os impactos e racionalizem a utilização dos recursos naturais não-renováveis e renováveis.
- *Sustentabilidade espacial*. Envolve os aspectos sociais e ambientais sob o ponto de vista social. Cabe citar: a minimização dos impactos sociais relacionados à intensa urbanização e ao aumento populacional; a minimização dos impactos identificados com a problemática do êxodo rural, levando as pessoas a morar na periferia das grandes cidades, intensificando o processo de favelização e os altos impactos socioambientais; o direcionamento das políticas públicas no uso do solo e do subsolo de modo a minimizar e mesmo eliminar a poluição sem prejudicar a capacidade produtiva e, mesmo, a preservação da natureza.
- *Sustentabilidade cultural*. Busca a superação de conflitos culturais. Este objetivo requer o respeito à formação cultural comunitária, de modo que esta não se descaracterize à medida que as sociedades se desenvolvam.
- *Sustentabilidade econômica*. Requer a alocação eficiente dos recursos, uma gestão racional dos investimentos que ultrapasse o foco restrito da obtenção de lucro máximo das empresas, com ênfase especial nas parcerias estabelecidas entre os setores públicos e privados, de modo a propiciar um aumento da riqueza para toda a sociedade sem a destruição da natureza.

Sachs (2007) avança em sua análise e passa a considerar os conceitos de sustentabilidade parcial e sustentabilidade integral, esta última também denominada global, a qual só seria alcançada se satisfeitos os critérios de sustentabilidade de todas as dimensões, sendo cada uma representativa de parcela importante na construção do desenvolvimento total e integrado.

4 TURISMO SUSTENTÁVEL

As origens do termo Turismo Sustentável, na visão de Körössy (2008), remetem a pesquisas relacionadas ao conceito de capacidade de suporte (ou capacidade de carga) surgido durante a década de 1960, período em que a ideia estava associada aos impactos negativos advindos da expansão do turismo praticado em grande escala. Esse conceito restrito ao ambiente físico-ecológico evoluiu e passou a abranger as dimensões social e econômica.

Assim, o turismo sustentável acaba por assumir uma profunda identidade com o conceito de Desenvolvimento Sustentável estabelecido no relatório Brundtland. Para a Organização Mundial do Turismo - OMT (2003), o turismo sustentável é definido como um modo de execução das atividades turísticas de modo a atender às necessidades atuais dos turistas e das regiões turísticas, protegendo, porém, o ambiente para que este possa ser desfrutado pelos turistas no futuro.

Contudo, assim como não existe um único conceito de desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável apresenta a mesma condição. Para Pearce (*apud* Beni, 2001, p.61), o turismo sustentável é a “maximização e otimização da distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança com as quais serão oferecidos os serviços turísticos, para que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados”.

Outros pesquisadores, como Baptista (1997), acrescentam a variável cultural no conceito de turismo sustentável. Neste caso, o alerta é para que o exercício de tal atividade econômica, muitas vezes baseada na venda de símbolos e experiências culturais de uma comunidade, não acabe por descaracterizar tais manifestações formadoras da identidade de um povo.

Goulet (1997) inclui, por sua vez, a dimensão política fundamentada na geração de oportunidades para todos os membros da sociedade, de modo que estes possam exercer sua liberdade de pensamento e plena cidadania.

Observa-se que alguns elementos comuns são a base para a construção de políticas voltadas ao desenvolvimento do turismo sustentável. São elas: i) desenvolvimento da atividade turística de modo economicamente eficiente; ii) a defesa de que seja socialmente inclusivo das comunidades locais; iii) os cuidados, o gerenciamento da atividade turística de maneira a garanti-la para as gerações futuras.

Ressaltam ainda Butler e Hall (1998) que o planejamento da atividade turística terá sucesso se interagir com os demais processos que compõem o desenvolvimento, não se restringindo apenas àqueles ligados ao lazer. Os resultados do desenvolvimento do turismo em nível local podem ser desastrosos caso não haja adequada integração entre as atividades e os processos locais.

Nos últimos anos há um relativo consenso entre os pesquisadores sobre o papel imprescindível do governo no desenvolvimento sustentável, em particular do turismo sustentável. Estudiosos do Turismo e Desenvolvimento Sustentável não defendem um Estado interventor na organização do sistema produtivo, ou mesmo

produtor de bens e serviços turísticos, mas advogam que a regulação estatal é importante na coordenação e normatização da atividade turística, estabelecendo regras claras e ambiente adequado para a consolidação dos empreendimentos e projetos turísticos.

Outro importante papel a ser exercido pelo governo configura-se na formação de capital social (trabalhadores e gestores) voltado para as atividades de turismo. Muitos pesquisadores afirmam que o Estado exerce uma função fundamental na qualificação e geração do capital social vinculados à atividade turística, pois tal responsabilidade, na visão desses estudiosos, dificilmente seria assumida por investidores particulares.

Por fim, há atividades econômicas que requerem investimentos em infraestrutura, como o saneamento básico (água e esgoto), rodovias de acesso, aeroportos, ferrovias, postos de saúde, escolas técnicas-profissionalizantes e, particularmente, a proteção do patrimônio histórico-ambiental. Tais ofertas de serviços dificilmente atraem a iniciativa privada devido à necessidade de altos investimentos, retorno baixo e de longo prazo e o caráter de bem comum. Assim, cabe ao Estado suprir a oferta destes bens e serviços essenciais ao suporte de um sistema turístico qualificado.

Contudo, atualmente a atuação do governo não ocorre tal qual durante as décadas de 1950 e 1960, com investimentos públicos em equipamentos e serviços, e sim na implementação e criação de condições objetivas para as parcerias e geração de políticas em conjunto com os diversos segmentos sociais, em espaços formais, reconhecidos pelo governo e pela sociedade, como fóruns e conselhos. O papel do Estado torna-se mais compatível com a função de norteador do desenvolvimento, principalmente a partir dos anos 1990, quando passa a englobar a variável sustentabilidade ambiental nas diretrizes das ações públicas adotadas a partir de então.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL

No Brasil, a adoção de políticas públicas voltadas especificamente para os setores econômicos vinculados ao turismo ocorreu em 1958, com a criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). O ano de 1966 foi marcado pela criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e pela definição de uma política nacional para a atividade, cuja função era desenvolver o setor fomentando a atividade e a geração de emprego. As questões socioambientais simplesmente não faziam parte das preocupações e discussões.

O dia 1.º de janeiro de 2003 marca a criação do Ministério do Turismo, responsável pelo cadastro de empresas, agências e trabalhadores do setor turístico brasileiro. Atualmente o Ministério é formado pela Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, e pela EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, anteriormente denominada Empresa Brasileira de Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009).

A Secretaria Nacional de Políticas do Turismo (SNPT-MTur) tem o papel de criar as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do setor turístico como um todo, cabendo à Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDT-MTur) a função de ampliar a infraestrutura de localidades turísticas. Atualmente, a EMBRATUR dedica-se ao desenvolvimento do marketing e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos, sendo responsável pela imagem turística do Brasil no exterior (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009).

A análise das políticas públicas federais voltadas para o desenvolvimento do turismo permite apontar uma forte tendência existente em sua orientação política marcada pela municipalização e descentralização do setor, seguindo assim as diretrizes da Constituição de 1988, fato que pode ser identificado nos três últimos programas nacionais voltados para o fomento do turismo (MASSUKADO-NAKATANI, 2006):

- a) Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (1994-2002), inspirado no conceito de Turismo Sustentável, definido pela OMT;
- b) Plano Nacional de Turismo (PNT), caracterizado por metas ambiciosas de crescimento do setor, tais quais a criação de 1.200.000 novos empregos e a geração de 8 bilhões de dólares em divisas durante os cinco anos de duração do plano;
- c) Programa de Regionalização do Turismo (PRT), cujo objetivo é retomar a proposta de regionalização turística do extinto PNMT.

6 O TURISMO NO MUNDO, NO BRASIL E EM FOZ DO IGUAÇU

O turismo apresenta uma capacidade singular de alavancagem da atividade econômica em várias partes do planeta, conforme dados apontados na tabela a seguir.

TABELA 1 - SITUAÇÃO DO TURISMO NO MUNDO SEGUNDO ALGUMAS VARIÁVEIS ECONÔMICAS - 1996 E 2006

VARIÁVEIS ECONÔMICAS	1996	2006	CRESCIMENTO (%)
Trabalho	255 milhões	385 milhões	50,1
PIB	10,7%	11,5%	7,48
Investimento	US\$ 766 trilhões	US\$ 1,6 quatrilhões	51,3
Exportações	US\$ 761 trilhões	US\$ 1,5 quatrilhões	51,2
Impostos	US\$ 653 trilhões	US\$ 1,3 quatrilhões	49,6

FONTE: WTTC *apud* Almeida (2007)

Pode-se observar a importância crescente do turismo durante o período de 1 decênio, bem como o elevado percentual de aumento da geração de emprego (50,1%), investimentos no setor (51,3%) e geração de impostos (49,6%).

O Brasil apresentou um expressivo crescimento no fluxo de turistas estrangeiros, conforme aponta a tabela 2. O período de 1997-2007 demonstra uma variação média da entrada de turistas no Brasil (7,90%), perfazendo quase o

dobro da taxa de crescimento médio mundial (4,04%), o que indica o dinamismo que este setor vem apresentando em nível nacional e mundial. Deve-se considerar que o ano de 1998 foi uma exceção à regra, com crescimento de 69,05%. Conforme a EMBRATUR (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009), tal crescimento deve ser atribuído ao aperfeiçoamento da metodologia de apuração e análise do fluxo turístico terrestre para o País, a partir de 1998, cujo controle e estatística passou para a responsabilidade da Polícia Federal, e uma vez que a movimentação aérea tinha eficaz controle por parte do governo federal.

TABELA 2 - NÚMERO DE CHEGADAS DE TURISTAS - MUNDO E BRASIL - 1997-2007

ANO	TURISTAS (milhões de chegadas)			
	Mundo		Brasil	
	Abs.	%	Abs.	%
1997	610,8	-	2,9	-
1998	626,6	2,59	4,8	69,05
1999	650,2	3,77	5,1	6,00
2000	689,2	6,00	5,3	4,03
2001	688,5	(0,10)	4,8	(10,16)
2002	708,9	2,96	3,8	(20,70)
2003	696,6	(1,74)	4,1	9,19
2004	765,5	9,89	4,8	15,99
2005	802,5	4,83	5,4	11,76
2006	847,3	5,58	5,0	(6,36)
2007	903,3	6,61	5,0	0,18
Variação média anual	-	4,04	-	7,90

FONTE: OMT *apud* Ministério do Turismo (2009)

Outro fato a destacar é o desempenho negativo do setor durante os anos de 2001 e 2002, com decréscimos de 10,16% e 20,70% respectivamente, fatos atribuídos à crise do turismo internacional devido ao ataque terrorista nos EUA. O Paraná é um importante estado brasileiro no mercado turístico nacional e mesmo mundial. No Estado, a receita gerada pelo turismo, em 2000, foi de US\$ 554 milhões, e em 2007 passou de US\$ 2,2 bilhões. O gasto médio diário do turista no Paraná vem crescendo desde 2000, quando era de US\$ 47,6, atingindo US\$ 61,40 em 2007. A permanência média do turista passou de 2,5 dias, em 2000, para 3,8 dias em 2008 (SETU, 2007).

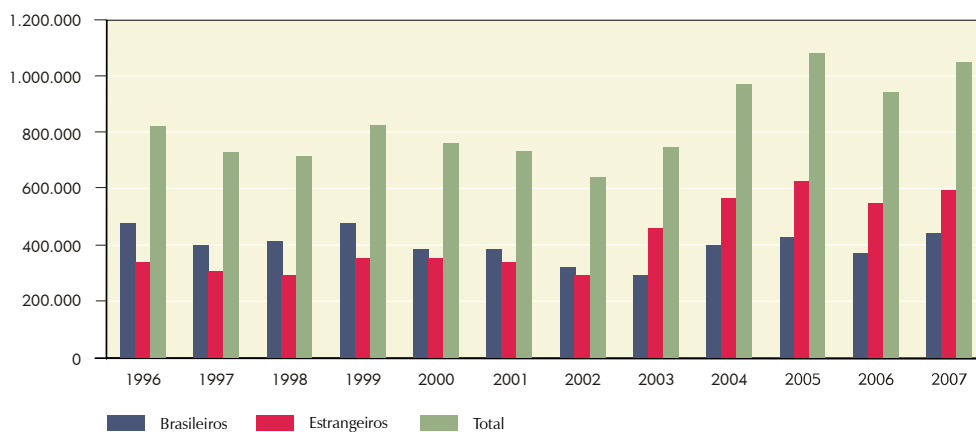
Nesse sentido, a Costa Oeste Paranaense vem explorando, cada vez mais, o potencial turístico que possui, haja vista que a região é considerada pela EMBRATUR (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009) como um dos principais polos de ecoturismo no Brasil, pois possui atrações como o Parque Nacional do Iguaçu (Foz do Iguaçu) e o Sítio Arqueológico das Missões Jesuíticas no Parque Nacional de Ilha Grande (Guaíra).

Foz do Iguaçu é o principal núcleo turístico da Região Oeste do Paraná e detém diversas atrações, como a Usina Binacional (Brasil e Paraguai) Hidroelétrica

de Itaipu, comparativamente com as similares à maior usina em geração de energia do mundo; o Parque das Aves, o maior do gênero, com 150 espécies do mundo inteiro que correm o risco de entrar em extinção; e o Parque Nacional do Iguaçu (PNI), uma das maiores reservas florestais da América do Sul, criado em 10 de janeiro de 1939, pelo Decreto nº 1.035 do governo federal, onde se encontram as Cataratas do Rio Iguaçu, a atração mais visitada e mundialmente conhecida por sua beleza e imponência de suas quedas (SMT, 2008).

O gráfico 1, a seguir, apresenta o número de visitantes no PNI durante o período de 1996 a 2007 (ver tabela anexa).

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE VISITANTES DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU - 1996-2007



FONTE: IBAMA apud SMT (2008)

Importa salientar que, pelos dados, o número de turistas brasileiros até o ano de 2003 era maior que o número de estrangeiros. Contudo, esta relação se inverte nos anos seguintes e, simultaneamente, assiste-se ao aumento do número total de turistas, o que mostra relativa estagnação do fluxo turístico interno e uma expansão do fluxo de estrangeiros que se deslocaram até o local para conhecer o rico patrimônio natural ali presente.

O impacto do turismo na atividade econômica de Foz do Iguaçu pode ser notado através do número de estabelecimentos comerciais voltados especificamente para esta atividade presentes no município. Segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo (SMT, 2008), durante o ano de 2008 havia em Foz do Iguaçu os seguintes estabelecimentos comerciais voltados ao turismo⁷: hotéis (112); pousadas (16);

⁷ Sobre a história da constituição do parque hoteleiro de Foz do Iguaçu, esta alcançou grande salto quantitativo com a construção da hidrelétrica Itaipu, momento em que aumentou substancialmente a demanda de quartos para abrigar as famílias dos empregados, bem como para receber trabalhadores solteiros prestadores de serviços. Não obstante, a construção de alojamentos e casas por parte da usina, durante o período, não foi suficiente para atender à demanda de mais de 40.000 pessoas que trabalhavam para a construção da usina (ACIFI, 2000).

motéis (22); albergues da juventude (2); *campings* (4); restaurantes, churrasarias e *pizzarias* (166); agências de turismo (146) e transportadoras turísticas (20).

A tabela 3 apresenta os valores da renda agregada gerada pelo turismo em Foz do Iguaçu, durante o período de 1994-2006. É possível identificar o crescimento expressivo no período até 2004, coincidindo com o crescimento da visitação de turistas estrangeiros no Parque Nacional do Iguaçu durante estes anos.

TABELA 3 - RENDA AGREGADA DO TURISMO EM FOZ DO IGUAÇU - 1995-2006

ANO	RENDA TOTAL (R\$)	CRESC. RENDA TOTAL (%)
1995	301.632.490,43	-
1996	288.492.629,24	-4
1997	285.673.789,70	-1
1998	270.059.603,41	-5
1999	406.964.817,32	51
2000	308.917.065,18	-24
2001	372.876.386,00	21
2002	572.938.969,65	54
2003	709.676.103,13	24
2004	829.064.380,70	17
2005	809.389.481,88	-2
2006	635.491.213,84	-21

FONTE: SETU *apud* Nodari (2007)

Nota-se, assim, que o turismo no município de Foz do Iguaçu vem proporcionando um crescimento da renda agregada local, graças ao aumento do fluxo de turistas para o município. Contudo, importa pesquisar as ações que os agentes locais voltados a esta atividade têm tomado para que os benefícios gerados pela mesma se estendam a todos os segmentos da sociedade iguaçuense.

7 PROGRAMAS E AÇÕES PÚBLICAS VOLTADOS PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL EM FOZ DO IGUAÇU

Apresentam-se, a seguir, as políticas públicas de Foz do Iguaçu voltadas ao que se denomina turismo sustentável, segundo a SMT (2008). Os projetos englobam cinco fatores: 1) Envolvimento da Comunidade; 2) Projetos de Desenvolvimento; 3) Projetos Culturais; 4) Projetos de Capacitação; e 5) Projetos de Promoção.

Envolvimento da Comunidade

Programa de Conscientização Turística. Este programa visa sensibilizar a população iguaçuense quanto à importância da atividade turística para o município. Busca-se desenvolver a cultura de proteção ao meio ambiente e a hospitalidade ao turista, bem como o respeito à história e o orgulho pela cidade (SMT, 2008). Contudo, a execução do programa encontra-se inativa.

A Secretaria Municipal de Turismo informa que está revisando-o para efetivar sua execução em futuro próximo.

Escola Parque. Programa de Educação Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu, com o objetivo de conscientizar todas as pessoas (trabalhadores, moradores, turistas e, principalmente, os moradores do entorno da Unidade de Conservação) sobre a importância da preservação da biodiversidade local (SMT, 2008). Este projeto também está em processo de revisão, segundo a Secretaria de Turismo local.

Trilha Jovem. Trata-se de um projeto de desenvolvimento do turismo sustentável baseado na inclusão social e voltado à inserção de jovens de famílias de baixa renda. Essas pessoas são treinadas para atuar em empresas do setor turístico do Brasil através de um programa de formação voltado às áreas de Alimentos e Bebidas, Viagens e Turismo e Hospedagem. Tal atividade é gratuita e realizada em diversas cidades brasileiras, como Salvador, Rio de Janeiro e Foz do Iguaçu. Em Foz do Iguaçu o projeto é coordenado pela Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (FPTI) e pelo Instituto Polo Iguassu e conta com o apoio da UNIOESTE, do Conselho Municipal de Turismo e da Secretaria Municipal de Turismo e Ação Social (SMT, 2008).

Projetos de Desenvolvimento

Reforma do Aeroporto. Elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Turismo e INFRAERO, este projeto busca o aumento da pista de pouso, melhorias nas áreas de embarque e desembarque, climatização de todo o saguão de passageiros, além de outras reformas e melhorias nas lojas instaladas no aeroporto (SMT, 2008). O empreendimento aguarda a liberação de recursos federais do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento).

Duplicação da Rodovia das Cataratas. Duplicação da BR 469 – Rodovia das Cataratas –, no perímetro compreendido entre a Avenida Mercosul e o portão de acesso ao Parque Nacional do Iguaçu. O objetivo é trazer maior comodidade e segurança para todos os usuários da rodovia, cujo trânsito intenso de veículos acarreta riscos constantes (SMT, 2008). Este projeto também está suspenso, aguardando pela liberação de recursos do PAC.

Projeto Parque das Três Fronteiras – Terra Guarani. O objetivo deste projeto é a revitalização de um importante local turístico da região, o Marco das Três Fronteiras. A primeira etapa das obras teve início em setembro de 2007 e prevê a construção da sede administrativa e dois estacionamentos provisórios. Posteriormente, será construída uma torre panorâmica com 162 metros de altura (SMT, 2008). Até o momento o projeto não saiu da primeira etapa, estando paralisadas as suas obras.

Projetos Culturais

Centro de Artesanato. Este empreendimento busca a inclusão social da população no desenvolvimento regional, integrado e sustentável do turismo. Trata-se da implantação de um Centro Artesanal e Turístico na Avenida das Cataratas, cujo espaço múltiplo abarcará o artesanato, a cultura e o turismo (SMT, 2008).

Projeto Ñandeva. Coordenado pelo Parque Tecnológico de Itaipu e pelo SEBRAE, tem o objetivo de disseminar a metodologia de intervenção na produção artesanal, de modo a resgatar o patrimônio cultural existente, bem como atender às demandas atuais e futuras de mercado. Abrange também as novas linhas de produtos artesanais produzidas dentro dos critérios eco/éticos para comercialização nas áreas turísticas da região, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades artesãs locais (SMT, 2008).

Destaca-se que ambos os projetos não seguiram em frente desde as etapas iniciais de implantação. Assim, os resultados gerados até o momento foram nulos.

Projetos de Capacitação

Programa de Capacitação e Qualificação para o Turismo com Foco em Vendas e Marketing – Pró-Tur. O objetivo principal do projeto é a qualificação de profissionais voltados para a produção e gestão da cadeia produtiva do turismo. A Comissão organizadora possui representantes da Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Administração, FOZTRANS, COMTUR, SEBRAE, ABAV/SINDETUR, ABIH/Sindihotéis, SECHSFI, SINGTUR, ACIFI e Câmara de Vereadores (SMT, 2008). O programa foi aprovado em 2005, pelo Ministério do Turismo, que liberou recursos para a sua implantação, com contrapartida da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

Selo de Qualidade Recomendada. O projeto tem como finalidade melhorar os serviços prestados para o turismo, com a identificação de todos os estabelecimentos que apresentam qualidade superior de serviços voltados ao atendimento do turista (SMT, 2008). Tal aval ficaria a cargo da Secretaria Municipal de Turismo. Contudo, até o momento este projeto não foi efetivado pelo governo local.

Projetos de Promoção

Projetos de Promoção Estratégica “Foz do Iguaçu, Destino do Mundo”. Consiste na busca do incremento sustentável do fluxo de visitantes e aumento da permanência média dos turistas na cidade. Iniciado em agosto de 2007, esse movimento tem o apoio e execução da Secretaria Municipal de Turismo, do *Iguassu Convention & Visitors Bureau*, da Itaipu Binacional e do Conselho Municipal de Turismo. Busca-se divulgar Foz do Iguaçu como destino turístico no Brasil e exterior através da participação de feiras e eventos, além da promoção publicitária via jornais, revistas, rádio e televisão (SMT, 2009).

Road Show e Workshops. O *Road Show* é um projeto de promoção cuja meta consiste em divulgar as potencialidades turísticas de Foz do Iguaçu em diferentes regiões. Os encontros têm a participação do setor público e privado em eventos nacionais e internacionais. Em 2007, a Secretaria Municipal do Turismo participou de 2 ações nacionais e 1 internacional; em 2008, estas ações subiram para 8, com 4 ações nacionais e 4 internacionais (SMT, 2009).

Campanha “Temporada Boa em Foz”. Projeto cujo objetivo é o aumento da ocupação hoteleira de Foz do Iguaçu na baixa temporada (meses de abril a junho), além da ampliação da permanência do visitante na cidade. A campanha foi veiculada nos principais canais de televisão aberta e por assinatura, rádio e sites do Brasil (SMT, 2009).

Divulgação em Aeroportos e Shopping Centers. Divulgação do turismo local nos principais aeroportos e *shopping centers* brasileiros mediante uso de materiais institucionais e vídeos promocionais (SMT, 2009).

Participação em Eventos Nacionais e Internacionais e em Feiras Populares. Ação voltada para a promoção do turismo de Foz do Iguaçu, contando com a participação direta da Secretaria Municipal de Turismo em eventos nacionais e internacionais do setor de turismo. Em 2007, registrou-se a participação da Secretaria Municipal do Turismo em 9 feiras nacionais e 5 eventos internacionais; já no ano de 2008, até o mês de setembro, o município havia participado de 20 feiras e eventos nacionais e 18 internacionais (SMT, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos atualmente num ambiente de mudanças, resultante de movimentos em prol do meio ambiente nas esferas nacional e internacional, em que se busca maior participação da população local e o comprometimento do governo com ações que conduzam ao que se entende como turismo sustentável.

Entretanto, em Foz do Iguaçu a atividade turística ainda está fundamentada na expansão e venda do produto turístico, bem como na formação e qualificação profissional da mão de obra local voltada para este tipo de turismo. Observa-se também a existência de um descompasso das decisões políticas a serem tomadas entre as esferas federal, estadual e municipal.

Parte deste conflito se deve ao fato de que a preservação do Parque Nacional de Foz do Iguaçu tem sua égide de decisões no governo federal. Conseqüentemente, ficam somente aquelas políticas que afetam o município para a administração local. Desse modo, a governança pública do município demonstra prioridade na expansão da atividade turística com a finalidade de gerar emprego e renda, reduzindo, assim, o conceito de desenvolvimento local ao de crescimento econômico, ao menos no que tange à análise das políticas públicas formais existentes nos últimos anos.

Os resultados de tais políticas perante a sociedade local têm se configurado no aumento do fluxo de turistas estrangeiros para Foz do Iguaçu e numa relativa estagnação do número de turistas internos, o que não deixa de ser um bom resultado, tendo em vista o acirramento da concorrência com outros destinos turísticos brasileiros nos últimos anos, em especial as cidades litorâneas localizadas no nordeste do País.

Embora seja notório o reconhecimento por parte das autoridades locais de que o turismo é de fundamental importância para a economia e o desenvolvimento local, também é preciso pensar este desenvolvimento sob um ponto de vista holístico e multidimensional, abrangendo as dimensões ecológica, social, espacial, cultural e política envolvendo a sociedade de Foz do Iguaçu.

Os planos e diretrizes voltados especificamente para o turismo sustentável do município têm sido muito incipientes e sem constância, dificultando a efetivação das ações voltadas à sustentabilidade em Foz do Iguaçu. Não bastam iniciativas; é necessário o constante emprego de recursos financeiros, materiais e humanos para a consolidação de um modelo real de turismo pautado por esses princípios.

Foz do Iguaçu tem buscado centrar suas ações em políticas públicas voltadas ao turismo, mas muito pouco tem sido feito em favor do turismo sustentável, movimento este que precisa ser reconsiderado pelas autoridades locais em favor da criação de um ambiente social, econômico e ambiental capaz de gerar um turismo que possa atender não só à sociedade atual, mas, também, às gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ACIFI – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDÚSTRIA DE FOZ DO IGUAÇU. **Foz do Iguaçu**: 2000. CD-Rom.
- ALMEIDA, André M. **O turismo como alternativa de desenvolvimento regional endógeno na região da AMUSEP**. 2007. (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, 2007.
- BAPTISTA, Mário. **Turismo e competitividade sustentável**. Lisboa: Verbo, 1997.
- BENI, Mário C. **Análise estrutural do turismo**. 10.ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- BENTHAM, Jeremy (1789). **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores).
- BUTLER, R. H.; HALL, C. M. Image and reimagining of rural areas. In: BUTLER, R. H.; HALL, C. M.; JENKINS, J. M. (Ed.). **Tourism and recreation in rural areas**. Chichester: John Wiley&Sons, 1998. p.115-122.
- D'OLIVEIRA, Enílson; BURSZTYN, Ivan; BADIN, Luciana. Parque Nacional do Iguaçu. **IVT - Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, 2002.
- FINBRA **Tesouro Nacional**: gestão de finanças municipais. 2007. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/gfm>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

- FIORI, José L. Estado do bem-estar social: padrões e crises. **Revista Eletrônica do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - IEA**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/artigos/fioribemestarsocial.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2009.
- FONSECA, Fernando S. T. **Comportamento altruísta e racionalidade econômica**: uma revisão teórica. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá – UEM; CSA-PME, 2007.
- FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- GOULET, D. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In: CLÓVIS, Cavalcanti (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- HUME, David (1740). **Tratado da natureza humana**: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CIDADES. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 09 jul. 2009.
- KEYNES, John M. (1936) **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- KÖNIG, Mauri; MACIEL, Alexandre R. Foz - cidade violenta. **O Estado do Paraná**, 22 fev. 2002. Disponível em: <<http://www.borkenhagen.net/Fozviolenta.html>>. Acesso em: 23 jun. 2009.
- KÖRÖSSY, Nathália. Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **IVT - Caderno Virtual de Turismo, Fundação Carlos Chagas**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, 2008.
- MASSUKADO-NAKATANI, M. S. Políticas públicas: estratégias governamentais de intervenção no turismo. **Revista Global Tourism**, v.1, 2006.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2009.
- MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- MILL, John S. (1848). **Princípios de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2.v. (Os Economistas).
- MOURA JR., Álvaro A.; SCARANO, Paulo R. **Estado, bem-estar e utilitarismo clássico**. VII Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC/SUL, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, PR, 01-02 de julho de 2004.
- NODARI, Maria Z. R. **As contribuições do turismo para a economia de Foz do Iguaçu**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - DCSA - UFPR, Curitiba, 2007.
- OLIVEIRA, Gílson B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, maio/ago. 2002.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (World Commission on Environment and Development). **Relatório da 1ª ministra da Noruega Gro Harlem Brundtlandt – Nosso Futuro Comum**. Nova Iorque, Estados Unidos, 1987. Disponível em: <www.babels.org/lexicons/IMG/xls/Sustainability6>. Acesso em: 20 jan. 2007.

PARRA, F. Sostenibilidad. In: **Fuentes estadísticas**. INE – Universidad Autónoma de Madrid - Eurostat, Madrid, n. 64, abril. 2002.

PEARCE, Douglas G.; BUTLER, Richard W. (Orgs.). **Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2002.

PELEGRINI, Eva C.; MIYAZAKI, Juliane; RISSATO, Denise. **O turismo de eventos em Foz do Iguaçu**. Documento apresentado no Seminário da UNIOESTE, 2006. Disponível em: <www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IVSeminario/.../06.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009.

PERIS, Alfredo F.; LUGNANI, Antonio C. Um estudo sobre o eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, na Região Oeste do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.104, jan./jun. 2003.

PMFI - PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Disponível em: <http://www2.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home_turismo/atrativos.asp>. Acesso em: 28 jun. 2009.

RIBEIRO, Maria F. B. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.

SACHS, Ignacy. Sustentabilidade social e desenvolvimento integral. In: VIEIRA, Paulo F. (Org.). **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SETU - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PARANÁ. **Orientação para a gestão municipal do turismo: guia prático para dirigentes públicos municipais de turismo**. Curitiba, dez. 2008.

SETU - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PARANÁ. **Estatísticas do turismo**. Dados do Paraná. 2007. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=70>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

SMT - SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO. **Plano de gestão: janeiro-2007 a dezembro-2008 - ações realizadas**. 2009. Disponível em: <http://www2.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home_turismo/atrativos.asp>. Acesso em: 28 jun. 2009.

SMT - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO. **Inventário da oferta turística de Foz do Iguaçu - 2008**. Foz do Iguaçu: Departamento de Desenvolvimento de Turismo. Divisão de Planejamento e Estudos Turísticos, 2008.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica da ciência e da pesquisa**. 4.ed. Belém: UNAMA, 2002.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

WACHOWICZ, Ruy C. **Obrageros, mensur e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Departamento de História - UFPR, 1982.

ANEXO

NÚMERO DE VISITANTES DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU - 1983-2007

ANO	BRASILEIROS	ESTRANGEIROS	TOTAL
1983	345.072	75.706	422.76
1984	496.137	191.605	689.72
1985	707.929	167.932	877.84
1986	795.533	265.519	1.063.03
1987	837.162	247.043	1.086.19
1988	699.840	175.601	877.42
1989	699.364	163.807	865.16
1990	671.550	151.235	824.77
1991	469.014	178.304	649.30
1992	431.163	318.776	751.93
1993	540.468	328.280	870.74
1994	611.485	357.459	970.93
1995	564.044	320.291	886.33
1996	483.713	346.542	832.25
1997	410.324	324.293	736.61
1998	423.437	303.230	728.66
1999	479.348	360.535	841.88
2000	393.271	373.922	769.19
2001	389.752	346.023	737.77
2002	337.965	307.867	647.83
2003	295.130	469.579	766.71
2004	405.847	575.090	982.94
2005	444.662	639.577	1.086.24
2006	386.486	567.553	956.04
2007	454.664	600.769	1.057.44

FONTE: IBAMA *apud* SMT (2008)